



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.719, DE 2025

(Do Sr. Duda Ramos)

Institui a gratuidade nacional no transporte público municipal e intermunicipal nos dias de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e garante transporte gratuito aos frequentadores de cursos preparatórios para o ENEM e vestibulares, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5570/2025.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Duda Ramos - MDB/RR

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Institui a gratuidade nacional no transporte público municipal e intermunicipal nos dias de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e garante transporte gratuito aos frequentadores de cursos preparatórios para o ENEM e vestibulares, e dá outras providências.

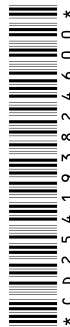
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a gratuidade integral no transporte público coletivo municipal, metropolitano e intermunicipal, em todo o território nacional, nos dias de realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a todos os participantes devidamente inscritos no exame.

Parágrafo único. A gratuidade prevista no caput compreende o deslocamento de ida e volta entre o domicílio do participante e o local de prova, podendo abranger o transporte urbano, rodoviário, ferroviário e hidroviário regular, conforme a modalidade de transporte disponível no município.

Art. 2º Fica assegurado o direito ao transporte público gratuito aos estudantes e candidatos que frequentem cursos preparatórios para o ENEM ou vestibulares, independentemente de estarem matriculados na rede regular de ensino.

§ 1º O benefício previsto neste artigo será garantido mediante apresentação de declaração de frequência emitida pelo curso preparatório, reconhecido pelo respectivo sistema de ensino ou cadastrado junto à prefeitura ou secretaria de educação.



§ 2º A gratuidade deverá abranger os deslocamentos diários de ida e volta, de segunda a sábado, no trajeto entre o domicílio e o local do curso.

§ 3º O direito assegurado neste artigo poderá ser concedido de forma digital, mediante cadastro unificado em plataforma integrada do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias estaduais e municipais de transporte.

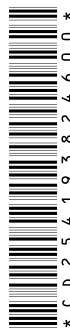
Art. 3º A União responderá pela instituição e manutenção dos mecanismos de compensação financeira destinados a ressarcir os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelos custos decorrentes da gratuidade prevista nesta Lei, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, permissão ou autorização dos serviços públicos de transporte coletivo.

§ 1º A compensação financeira observará critérios de proporcionalidade e eficiência administrativa, considerando:

- I – o número de beneficiários atendidos;
- II – o volume de viagens realizadas;
- III – o custo médio operacional do transporte em cada ente federativo; e
- IV – o índice de vulnerabilidade socioeconômica regional.

§ 2º A compensação será efetivada por meio de:

- I – repasses diretos consignados no Orçamento Geral da União;
- II – transferências voluntárias formalizadas por convênios com os entes federativos;
- III – programas federais específicos instituídos para essa finalidade; e



IV – dedução ou compensação em transferências constitucionais ou legais, mediante previsão normativa expressa.

§ 3º O Poder Executivo Federal regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os procedimentos de apuração, comprovação e repasse dos valores compensatórios.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Educação (FNE), podendo ser suplementadas por:

I – recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

II – transferências da União para programas de mobilidade educacional;

III – doações e parcerias público-privadas destinadas à promoção do acesso à educação; e

IV – recursos oriundos de compensações financeiras e renúncias fiscais autorizadas em lei.

Art. 5º Fica criado o Cadastro Nacional de Mobilidade Educacional (CNME), mantido pelo Ministério da Educação, com o objetivo de integrar e gerenciar os dados relativos aos beneficiários da gratuidade de transporte prevista nesta Lei.

Parágrafo único. O CNME deverá permitir a integração automática com as bases do ENEM, do CadÚnico e das redes estaduais e municipais de ensino, garantindo a atualização periódica e o acesso digital ao benefício, observado o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Art. 6º O Ministério da Educação, em parceria com o Ministério dos Transportes, publicará anualmente relatório nacional contendo:

I – o número de beneficiários atendidos;



- II – os valores repassados a título de compensação financeira;
- III – a taxa de comparecimento ao ENEM após a implantação da política;
- IV – a estimativa de impacto na ampliação do acesso ao ensino superior.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

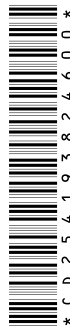
JUSTIFICAÇÃO

O ENEM consolidou-se como a principal porta de entrada ao ensino superior no Brasil: na edição de 2024, foram confirmadas 4.325.960 inscrições para o exame. Em 2025, esse número já ultrapassou 4,8 milhões de inscritos.

Tal escala evidencia a amplitude do exame e seu papel estratégico na democratização do acesso à universidade.

O impacto social do ENEM vai além da simples inscrição: ele tem permitido que milhares de jovens de famílias de baixa renda acessem cursos de graduação, bolsas de estudo e iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Essa mobilidade social — do ensino médio à universidade e posteriormente ao mercado de trabalho — já foi documentada por estudos nacionais que relacionam políticas de acesso universitário e ganhos salariais futuros.

No contexto do estado de Roraima, o ENEM assume uma importância ainda mais acentuada. Um levantamento preliminar da edição de



2025 indica que já foram registradas cerca de 16.471 inscrições confirmadas no estado até junho, das quais 8.085 são isentas e 8.392 pagantes.

Em um estado de dimensões territoriais extensas, com muitos municípios de difícil acesso, comunidades ribeirinhas, indígenas e fronteiriças, o exame representa uma das poucas oportunidades reais de ruptura das desigualdades históricas de educação e oportunidade.

Roraima enfrenta obstáculos logísticos significativos: vastas distâncias entre os municípios, baixa densidade populacional, transporte intermunicipal limitado e, em muitos casos, deslocamentos por vias não pavimentadas ou hidroviárias. Essas condições geram custo elevado, desgaste físico e risco de ausência no dia da prova — o que compromete a equidade de participação. Em muitos casos, o custo da passagem ou a inexistência de transporte direto inviabilizam o comparecimento. Nesse cenário, o benefício da gratuidade no transporte não se mostra apenas conveniente, mas essencial para garantir o exercício efetivo do direito de participação no ENEM.

Diante desse quadro, a proposta legislativa que concede gratuidades de transporte público nos dias de prova e para cursos preparatórios converte-se em política pública de acesso à educação com alcance real. A gratuidade não representa privilégio, mas ajuste necessário para contemplar as especificidades regionais — sobretudo em estados como Roraima, onde o acesso físico à prova é condição muito mais severa que em centros urbanos. Ao eliminar a barreira do deslocamento, amplia-se a participação, fortalece-se a democracia educacional e promove-se a justiça territorial, em linha com os arts. 205, 206 e 227 da Constituição Federal que asseguram o direito à educação e à prioridade absoluta da criança e do adolescente.

Por fim, ao prever mecanismos de compensação federal aos entes locais e ao criar cadastro digital integrado, essa proposição também assegura viabilidade financeira e controle administrativo, reforçando a sustentabilidade da medida. É, portanto, uma iniciativa socialmente justa,

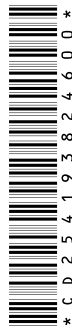


delineada para promover impacto concreto e mensurável — especialmente nas regiões mais vulneráveis do país.

Diante da relevância social e constitucional da matéria, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 2025.

Deputado DUDA RAMOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13709-14-agosto2018-787077-norma-pl.html>

FIM DO DOCUMENTO